



PROCESSO Nº : 6.704-0/2013 (AUTOS DIGITAIS)
INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA
RELATOR : CONSELHEIRA INTERINA JAQUELINE JACOBSEN
MARQUES

EMENTA:

Representação de Natureza Interna. Prefeitura Municipal de Confresa. Irregularidades no envio de informações de remessa obrigatória TCE/MT. Parecer pela procedência parcial do feito, aplicação de multa nos termos do artigo 75, VIII da Lei Complementar nº 269/2007 c/c o artigo 289, VII da RITCE/MT (Resolução nº 17/2010) e determinação à Prefeitura para regularização das inadimplências.

PARECER Nº 456/2015

I – RELATÓRIO

1. Tratam os autos de Representação Interna formalizada em desfavor da **Prefeitura Municipal de Confresa**, em razão do descumprimento do prazo no envio de documentos e informações de remessa obrigatória ao TCE-MT de 01/01/2012 até 31/12/2012, sob a responsabilidade do Sr. Gaspar Domingos Lazari.
2. Após análise dos autos, o Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima, determinou, por meio de Julgamento Singular, a citação do Sr. Gaspar Domingos Lazari – Prefeito Municipal.
3. Através do Ofício nº 416/2013/TCE-MT/GCS-LHL, o responsável foi devidamente notificado, após pedido de dilação de prazo, encaminhou resposta e



documentos.

4. Em vista aos argumentos apresentados pelo defendente, a equipe técnica a fim de evitar a aplicação de multas indevidas, realizou uma nova consulta no Sistema GEO-OBRS e Sistema APLIC considerando improcedente parte das justificativas, salientando pela manutenção parcial das inadimplências, elencadas às fls. 39/55 do Documento nº 11305/2015.

5. Vieram os autos para apreciação Ministerial.

É o sucinto relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

6. O presente pleito se insere na competência prevista ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, pelo art. 1.º da Lei Complementar nº 269/2007, incluindo a prerrogativa de fiscalizar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência de atos administrativos em geral, bem como o cumprimento de normas relativas à gestão fiscal, com vistas a assegurar a eficácia do controle externo.

7. No exercício de tal mister, o Tribunal de Contas tem como valioso instrumento a figura da representação, que pode ser de natureza interna ou externa e tem o condão de apurar práticas de irregularidades e ilegalidades de atos e fatos da administração pública, nos termos do art. 218 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, c/c art. 46 da Lei Complementar 269/2007.

8. No caso em tela, a equipe técnica constatou irregularidades atinentes ao descumprimento do prazo de envio de documentos e informações de 01/01/2012 até 31/12/2012, relativos à Prefeitura Municipal de Confresa.



9. Em que pesem os argumentos de defesa apresentados, nem tudo o que foi ventilado tem propriedade para sanar as impropriedades da presente Representação de Natureza Interna, **pois, é evidente ser dos gestores a responsabilidade de regularizar, internamente, fatos administrativos e operacionais.**

10. Impõe-se ressaltar que o Regimento Interno do TCE/MT estabelece estar sujeito a multa o gestor que não remeter dentro do prazo, por meio informatizado ou físico, os documentos e informações a que está obrigado, independente de solicitação do Tribunal.

11. Outrossim, o artigo 5º , inciso II, da Constituição da República de 1988, preceitua que *“ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei”*, atribuindo, assim, um sentido formal ao princípio da legalidade.

12. No que abrange à Administração Pública, evidencia-se a necessidade do agente público em obedecer o disposto na lei, sendo passível a aplicação de penalidades pela inércia em atender ao que é estabelecido.

13. Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho, dispõe que:

O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo a atividade é ilícita ¹

14. O Estado contemporâneo, para além de absorver a legalidade que o fez Estado de Direito, caminha em direção ao Estado Democrático de Direito, entendendo-se a Democracia como garantia da transparência na gestão administrativa, economicidade, legitimidade e moralidade dos atos correspondentes, sem os quais não são atingidos os

¹ FILHO, José dos Santos Carvalho. *Manual de direito administrativo*. 19ª. Ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008



objetivos insculpidos no artigo 3º da Constituição Federal.

15. Destarte, assevera Diogenes Gasparini:

Os princípios nucleares da atividade administrativa estão consubstanciados em quatro [sic] regras de observância permanente e obrigatória. São os princípios da legalidade, da moralidade, da finalidade, da publicidade e da eficiência [...] Devem estar sempre presentes, pois servem de pauta, de fundamento da atividade administrativa. Se relegados ou desvirtuados, quando da gestão dos negócios públicos, farão fenecer, por ilegítima, atividade administrativa. Devem nortear, portanto toda a função administrativa. Devem nortear, portanto toda a função administrativa. A própria Constituição Federal encarrega-se de elencar alguns (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) como de observância obrigatória pela Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados-Membros, dos Municípios e do Distrito Federal no desempenho da atividade ou função administrativa (artigo 37).²

16. Diante do exposto, evidencia-se que o envio das informações de remessa obrigatória nada mais significa do que a materialização da transparência na Administração Pública, permitindo o controle externo simultâneo dos atos praticados pelo Administrador, necessária se faz, em concordância com o entendimento da equipe técnica, a aplicação de penalidade ao Sr. Gaspar Domingos Lazari, nos moldes do art. 289, VII do RITCE/MT, como forma pedagógica punitiva de se evitar tais omissões.

III – CONCLUSÃO

17. Assim sendo, levando-se em conta o acima exposto, o MINISTÉRIO

² GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. 7. ed. Rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 52.



PÚBLICO DE CONTAS, no uso de suas atribuições institucionais, OPINA:

a) pela **procedência parcial** da presente representação interna;

b) pela aplicação de **multa** ao **Sr. Gaspar Domingos Lazari**, Prefeito Municipal de Confresa, em razão das inadimplências elencadas às fls. 39/55 do Documento nº 11305/2015, nos termos do artigo 75, VIII da Lei Complementar nº 269/2007 c/c o artigo 289, VII da RITCE/MT (Resolução nº 17/2010), em razão das irregularidades no encaminhamento das informações de remessa obrigatória ao TCE-MT;

c) pela **determinação** à atual gestão da Prefeitura Municipal de Canarana, para que, caso ainda não tenha regularizado as inadimplências constantes no Relatório Técnico da Secex, que imediatamente o faça, sob pena de incidência de penalidade por descumprimento de determinação deste Tribunal.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 12 de fevereiro de 2015.

(assinatura digital)³

Getúlio Velasco Moreira Filho
Procurador de Contas

³ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.